INFORMATIVO
ECONÔMICO
ABDE INFO

Indicadores da Semana

Informativo nº 198
01 de março de 2019

De acordo com dados divulgados pelo **Banco Central do Brasil – BCB**, as transações correntes assinalaram déficit de US$ 6,5 bilhões em janeiro, contra saldo negativo de US$ 6,1 bilhões no mesmo mês do ano anterior.

Leia mais/Página 2

O **Produto Interno Bruto – PIB** brasileiro assinalou crescimento de 1,1% no ano de 2018, acumulando R$ 6,827 trilhões. Essa taxa é a mesma observada no ano de 2017.

Leia mais/Página 9

índice

Setor Externo 2
Política Monetária 4
RMDP 6
Política Fiscal 7
PIB 9
Calendário 11

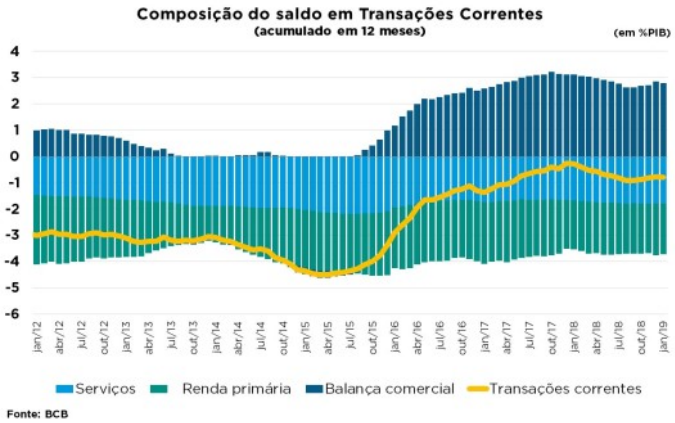
Principais variáveis

	2015	2016	2017	2018	2019	último dado	2019	2020
Atividade								
PIB real (%)*	-3,5	-3,5	1,0	1,1	1,1	4º tri/2018	2,5	2,7
Produção Industrial (%)*	-8,3	-6,6	2,5	1,1	1,1	dez/18	2,9	3,0
Comércio Varejista (Var. volume de vendas)*	-4,3	-6,2	2,0	2,3	2,3	dez/18	-	-
Taxa de Desocupação (PNAD contínua)	9,0	12,0	11,8	11,6	12,0	nov/dez/jan**	-	-
Inflação								
IPCA (%)*	10,7	6,3	3,0	3,8	3,8	jan/19	3,9	4,0
IGP-M (%)*	10,5	7,2	-0,5	7,6	7,6	fev/18	4,1	4,0
Taxa de juros e câmbio								
Taxa Selic (%)	14,25	13,75	7,00	6,50	6,50	fev/19	6,50	8,00
TJLP (%)	7,00	7,50	7,00	7,03	7,03	jan/fev/mar**	-	-
R$ / US$	3,90	3,25	3,30	3,85	3,78	01/03/2019	3,70	3,75
Setor Externo								
Balança Comercial (US$ bilhões)*	19,70	47,72	66,99	60,60	60,60	dez/18	51,00	46,00
Transações Correntes (% do PIB)*	-3,3	-1,3	-0,5	-0,8	-0,8	jan/19	-	-
Investimento Estrangeiro Direto (% do PIB)*	4,2	4,4	3,4	4,7	4,6	jan/19	-	-
Reservas Internacionais (US$ bilhões)	356,46	372,22	381,97	378,10	378,69	27/02/2019	-	-
Necessidade de Financiamento do Setor Público								
Primário (% do PIB)*	1,9	2,5	1,7	1,6	1,6	jan/19	-	-
Nominal (% do PIB)*	10,3	8,9	7,8	7,1	6,9	jan/19	-	-
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	36,0	45,9	53,4	53,8	54,0	jan/19	56,15	58,35
Crédito do SFN								
Taxa de juros (% a.a.)	29,8	32,0	25,6	23,3	24,7	jan/19	-	-
Spreads (p.p.)	18,7	22,5	18,9	17,0	18,5	jan/19	-	-
Prazo das concessões (meses)	114,1	115,1	119,0	122,1	124,1	jan/19	-	-
Inadimplência (%)	3,4	3,7	3,2	2,9	3,0	jan/19	-	-

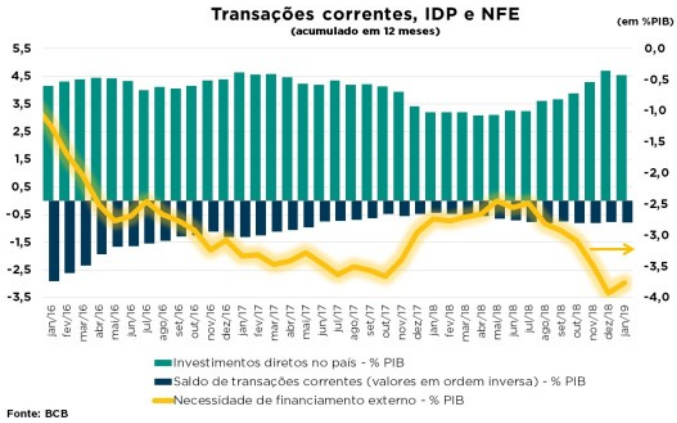
*Acumulado em 12 meses
**Trimestre movél

Transações Correntes tiveram déficit de US$ 6,5 bilhões em janeiro

De acordo com dados divulgados pelo **Banco Central do Brasil – BCB**, as transações correntes assinalaram déficit de US$ 6,5 bilhões em janeiro, contra saldo negativo de US$ 6,1 bilhões no mesmo mês do ano anterior. No acumulado em 12 meses as transações correntes totalizaram resultado negativo de US$ 14,8 bilhões, o que corresponde a 0,78% do PIB. Na *conta financeira*, as captações líquidas superaram as concessões líquidas em US$ 5,6 bilhões, enquanto no acumulado em 12 meses verifica-se saldo negativo de US$ 10,2 bilhões (0,54% do PIB).



Fonte: BCB



Fonte: BCB

O resultado das **Transações Correntes** reflete o desempenho das três contas que as compõem. A *conta de Serviços* registrou despesas líquidas no valor de US$ 2,6 bilhões em janeiro, o que corresponde à um recuo de 8,1% quando comparado com homólogo mês de 2018. A *conta de rendas primárias* ficou negativa em US$ 5,8 bilhões, valor 5,1% inferior ao observado no mesmo período do ano passado. A *Balança Comercial*, por sua vez, apresentou superávit de US$ 1,6 bilhões, o menor saldo desde janeiro de 2016 quando foi registrado US$ 647 milhões. Esse resultado é fruto do aumento das importações em 16,2%, frente ao ano de 2018, contra alta de 9,4% das exportações.

Na **Conta Capital e Financeira**, os **Investimentos Diretos no País – IDP** registram ingresso líquido de US$ 5,9 bilhões, resultado 29,9% inferior ao de janeiro de 2018 (US$ 8,2 bilhões). No que diz respeito à origem dos recursos de IDP neste período, o ingresso líquido associado à participação no capital foi de US$ 3,2 bilhões, enquanto o de operações intercompanhia foi de US$ 2,7 bilhões. Em 12 meses, o IDP alcançou US$ 85,8 bilhões (ou 4,55% do PIB) e segue como principal fonte de financiamento do Balanço de Pagamentos.

Assim, a **Necessidade de Financiamento Externo - NFE**, que é calculada através da diferença entre o déficit em *transações correntes* e o sado de IDP, ficou positiva em US$ 682 milhões em janeiro. Em 12 meses o saldo encontra-se negativo em US$ 71,1 bilhões (ou 3,77% do PIB).

Embora seja um indicador importante para mensurar o grau de fragilidade externa, o resultado da **NFE** é uma variável de fluxo e, portanto, está sujeita à volatilidade dos fluxos de capital. A fim de melhor compreender a posição externa da economia brasileira, faz-se necessário analisar também a cobertura do **Passivo Externo Líquido (PEL)** de curto prazo pelas Reservas Internacionais.

O **PEL** compreende os direitos dos estrangeiros sobre propriedades nacionais, excluindo-se

Fonte: Banco Central do Brasil - BCB

(Continua...)

(...continuação Setor Externo)

os direitos de nacionais sobre propriedades estrangeiras, sendo composto pelas rubricas de *Investimentos em Carteira* e *Empréstimos a Bancos, ao Governo Geral e aos Demais setores* no curto prazo (no Passivo) subtraído pelo *Investimento em carteira* e *Crédito comercial e adiantamentos* de curto prazo (no Ativo).

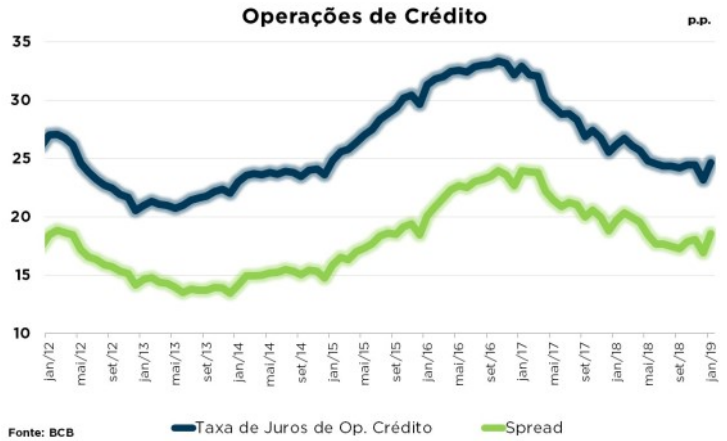
O saldo do Passivo Externo Líquido chegou a US$ 631,8 bilhões e estoque de reservas de reservas internacionais foi a US$ 376,9 bilhões. Assim, as *reservas internacionais* cobrem 59,65% do déficit na posição de investimento internacional.

Por fim, a posição para a **Dívida externa** em janeiro de 2018, foi estimada em US$ 674,4 bilhões. *Operações Intercompanhia* apresentam US$ 239,3 bilhões e *títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico e detido por não residentes* US$ 115,6 bilhões.

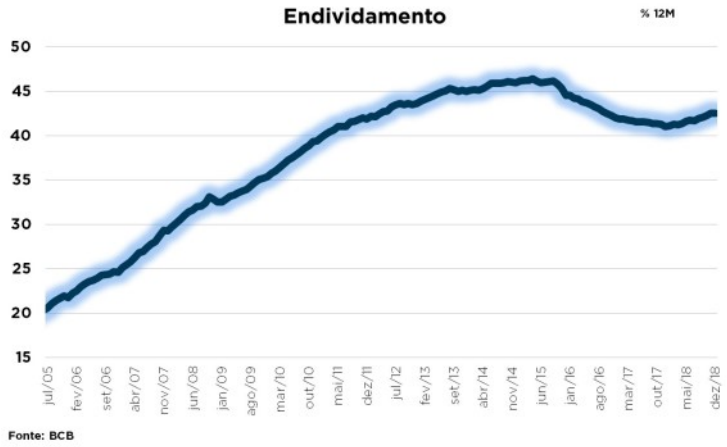
Fonte: Banco Central do Brasil - BCB

Operações de crédito recuam em janeiro

O **saldo total das operações de crédito** do Sistema Financeiro Nacional – SFN chegou a R$ 3,2 trilhões em janeiro, o que corresponde a 46,8% do PIB, participação 0,7 p.p. inferior a assinalada no mês de dezembro, porém homóloga a observada no mesmo período do ano anterior (R$ 3,1 trilhões ou 46,8% do PIB).



Fonte: BCB



Fonte: BCB

A taxa média de juros observada nas operações de crédito alcançou 24,7% a.a., uma elevação de 1,5 p.p. em relação ao mês de dezembro de 2018. Ao comparar com janeiro do ano passado houve uma diminuição de 1,5 p.p.. O spread médio, de 18,5 p.p. avançou 1,6 p.p. na passagem do mês, porém em comparação interanual foi observado queda de 1,2 p.p.. No que se refere a taxa de inadimplência o assinalado, para o primeiro mês de 2019, foi de 3,0%, que corresponde a uma elevação de 0,2 p.p. em comparação a dezembro, entretanto é uma taxa 0,4 p.p. inferior a divulgada para o mês de janeiro de 2018.

O Indicador de Custo de Crédito – ICC, equivalente ao custo médio do crédito, assinalou 20,8% a.a., em janeiro, apresentando variação positiva de 0,3 p.p. no mês e de 0,7 p.p. em doze meses. No crédito com recursos livres, avançou 0,7 na passagem do mês e recuou 2,7 p.p. em comparação interanual. Para o crédito direcionado, o indicador permaneceu estável em 8,8 p.p. pela sétima vez consecutiva e, assim, obteve queda de 0,1 p.p. em comparação interanual.

O ICC é calculado pela razão entre a despesa mensal com juros dos saldos remanescentes na carteira de crédito contratada em períodos anteriores e o saldo total da carteira. Destaca-se que os dados do ICC são apresentados com um mês de atraso, em relação aos demais indicadores de crédito.

O endividamento das famílias com o SFN no mês de dezembro, último dado disponibilizado pelo Banco Central, alcançou 42,5%, tendo variação positiva de 1,5 p.p. em relação ao mesmo mês de 2017 (41,1%). Esse resultado, ao lado do divulgado para o mês de novembro de 2018 (42,5%), é o maior em 27 meses, quando a taxa assinalou, em setembro de 2016, 42,7%.

Saldo das Operações de Crédito

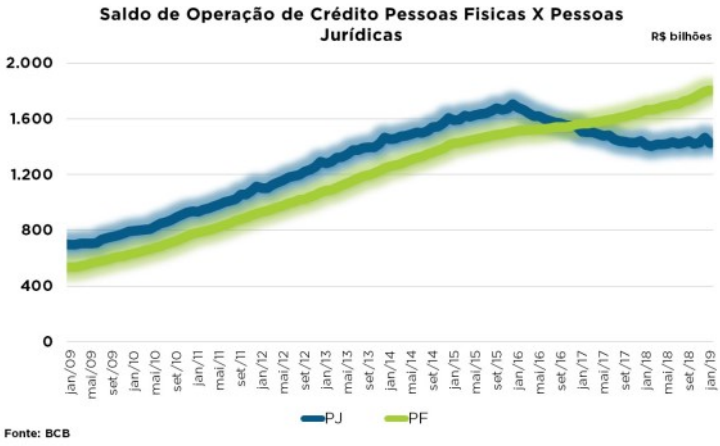
No que diz respeito aos tomadores de empréstimos, o crédito para Pessoa Física – PF evoluiu 0,6% na passagem do mês, totalizando R$ 1,8 trilhões em janeiro (55,9% da carteira total).

Na comparação interanual, houve alta de 8,4%. O crédito para Pessoa Jurídica – PJ, por sua vez, recuou 2,7% na comparação mensal e avançou 1,0% na comparação interanual, atingindo R$ 1,4 trilhões (ou 44,1% da carteira).

Fonte: Banco Central do Brasil - BCB

(Continua...)

(...continuação Monetária)

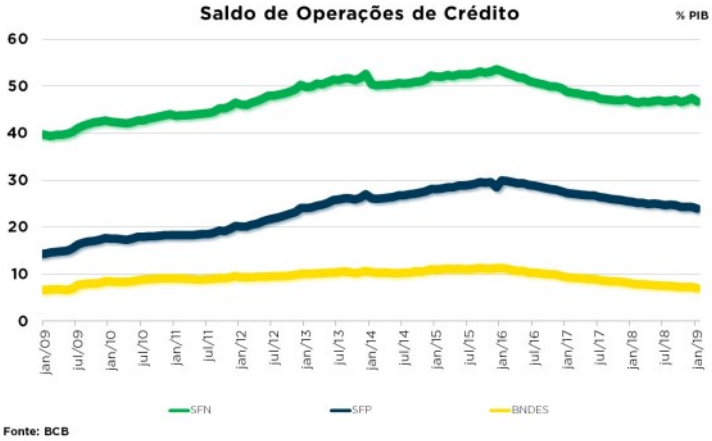


Fonte: BCB

No que se refere à destinação dos recursos, as operações com recursos livres (53,9% do crédito total)

recuaram 1,0% frente ao resultado de dezembro, entretanto cresceram 10,8% na comparação com igual mês do ano anterior, atingindo R$ 1,7 trilhão. Por outro lado, as operações com recursos direcionados caíram na comparação mensal e na interanual: -0,8% e -1,0%, respectivamente, assinalando R$ 1,5 trilhão (ou 46,1% do crédito total).

Em relação aos tipos de operações com recursos direcionados, o crédito rural obteve saldo de R$ 259,2 bilhões, uma queda de 0,6%, frente ao observado em dezembro, porém indica alta de 5,0% em termos interanuais. O crédito imobiliário, por sua vez, registrou R$ 644,2 bilhões, assinalando queda de 0,2% na margem, após 14 altas seguidas. Quando comparado a janeiro de o resultado foi uma elevação de 2,2% no financiamento imobiliário. Por outro lado, as operações do BNDES, que serão detalhadas a seguir, totalizaram R$ 488,6 bilhões, o que indica queda de 1,8% na passagem do mês e de 7,9% quando observado igual período de 2018.



Fonte: BCB

Instituições financeiras Públicas e BNDES

O Sistema Financeiro Público – SFP exibiu saldo de operação de crédito no valor de R$ 1,7 trilhões o que corresponde a 23,9% do PIB. A participação do SFP no SFN registrou 51,2% em janeiro.

Dentre as instituições públicas, destaca-se o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que apresentou saldo da carteira de crédito total de R$ 488,6 bilhões, correspondendo a 29,5% do SFP e 7,1% do PIB.

Desagregando por natureza do tomador de empréstimo, o saldo da carteira de crédito total para PJ do BNDES foi de R$ 435,1 bilhões, sendo que deste valor, a maior parte (R$416,4 bilhões) foi destinada a financiamentos com investimentos, seguida de financiamento agroindustrial (R$ 11,9 bilhões). Já os valores para capital de giro somaram R$6,7 bilhões. Para PF, por sua vez, o crédito total foi de R$ 53,6 bilhões, sendo R$ 52,1 bilhões designado para financiamentos agroindustriais e R$ 1,5 bilhões para financiamento de investimentos.

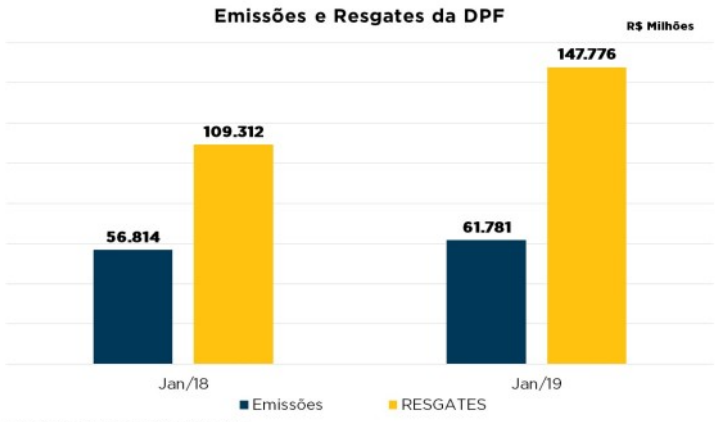
As concessões de credito do BNDES para PJ chegaram a R$ 4,7 bilhões (queda de 63,5% na passagem do mês) e R$ 1,1 bilhão para PF (retração de 5,2% na comparação mensal). Em termos interanuais, verifica-se alta de 65,4% para o primeiro e alta de 51,3% para o segundo.

A taxa de inadimplência das instituições financeiras públicas situa-se em 2,6%, mantendo-se abaixo da inadimplência verificada pelas instituições privadas nacionais (3,6%). Na comparação interanual, a inadimplência de instituições financeiras sob controle do setor público retraiu 0,4 p.p. e a das privadas nacionais 0,7 p.p..

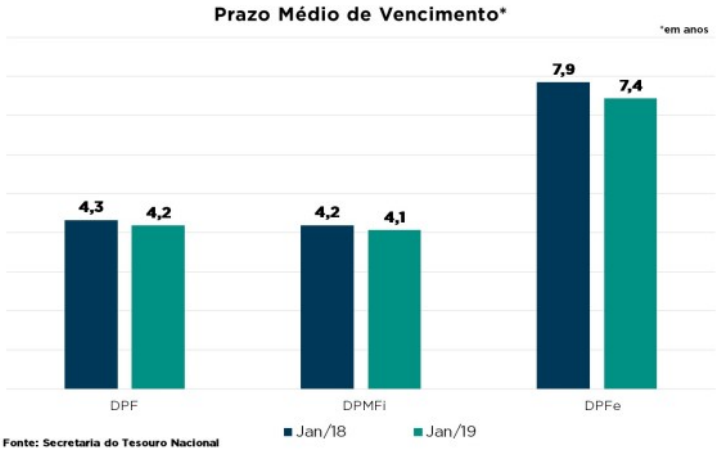
Fonte: Banco Central do Brasil - BCB

Dívida Pública avança 8,7% em comparação interanual

De acordo com dados divulgados pela **Secretaria do Tesouro Nacional – STN**, a Dívida Pública Federal – DPF – no mês de janeiro, alcançou R$ 61,8 bilhões, 93,0% superior ao resultado do mês anterior e 8,7% maior que o assinalado no mesmo período do ano passado. Quando observado os **resgates**, soma-se um total de R$ 147,8 bilhões, o que corresponde a uma elevação de 35,2% em **termos interanuais**.



Fonte: Ssecretaria do Tesouro Nacional



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Assim, a **emissão líquida**, dada pela diferença entre emissões e resgates, foi negativa em R$ 85,9 bilhões no mês. Os resgates da Dívida pública Mobiliária Federal interna – DPMFi foram superiores em R$ 83,8 bilhões as emissões, enquanto na Dívida Pública Federal Externa – DPFe a emissão líquida foi negativa em R$ 2,2 bilhões.

Desta forma, o **estoque** da Dívida Pública totalizou R$ 3,8 trilhões, variação negativa de 1,8% na passagem do mês de dezembro para janeiro, e uma elevação de 7,9% em comparação com mesmo período do ano anterior. O estoque da DPMFi (R$ 3,7 trilhões) assinalou uma queda de 1,6% no mês e alta de 7,8%, frente janeiro de 2018. No que se refere ao estoque da DPFe (R$ 138,8 bilhões), houve baixa de 6,3% em relação a dezembro, porém evoluiu 13,0% quando comparado com o mês homólogo de 2018.

Em janeiro, a participação de títulos prefixado na **composição do estoque da DPF** caiu 2,1 p.p., para 30,9%, os títulos com taxas flutuantes registram participação de 36,9% (aumento de 1,4 p.p.). Para indexados a índices de preços (28,3%) e câmbio (3,8%) as variações foram de 0,9 p.p. e -0,2 p.p., respectivamente. Em termos interanuais as variações foram de -2,9 p.p. para prefixados, -1,8 p.p. para índices de preços, 4,5 p.p. para taxas flutuantes e 0,2 p.p. para indexados ao câmbio.

Os dados disponibilizados pela STN também desagregam a DPF pelos principais **detentores**. O maior avanço, na margem, partiu de *Não-residentes* que aumentaram 0,6 p.p., atingindo 11,8%. Em seguida vem *Fundos de Investimentos*, *Previdência* e *Segurados*, os quais assinalaram elevação de 0,1 p.p. na passagem do mês. Em sentido contrário encontram-se *Instituições Financeiras* com queda de 0,7 p.p., *Governo* (-0,1 p.p.) e *Outros* (-0,1 p.p.).

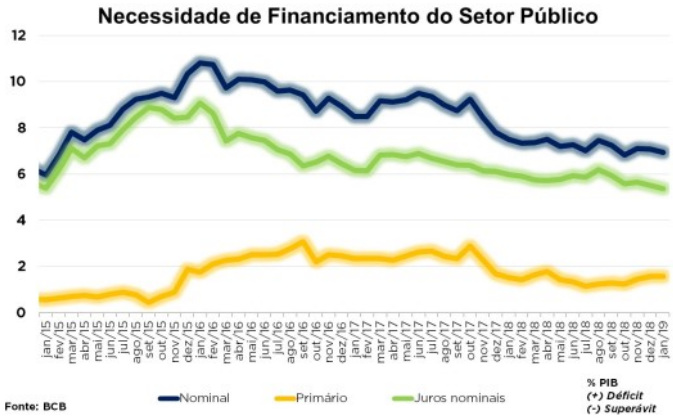
No que tange à composição do **prazo médio de vencimento**, foram observados aumentos na DPF, DPMFi e DPFe que passaram de 4,11 para 4,18 anos, 3,98 para 4,06 anos e 7,39 para 7,43 anos, de dezembro para janeiro, respectivamente.

Por fim, em comparação interanual, quase todos os títulos apresentaram queda no prazo médio, exceto LFT, o qual passou de 3,29 anos para 3,35 anos. Os demais títulos tiveram redução: LTN (-0,14 anos), NTN-B (-0,04 anos), NTN-F (-0,44 anos), NTN-C (-0,54 anos) e TDA (-0,15 anos).

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Governo Central assinala superávit em janeiro

De acordo com a nota de Política Fiscal do Banco Central, a **Necessidade de financiamento do Setor Público Consolidado – NFSP**, no mês de janeiro, apresentou superávit de R$ 46,9 bilhões, contra resultado negativo de R$ 41,1 bilhões assinalado em dezembro e positivo de R$ 46,9 bilhões no mês de janeiro de 2018. No **acumulado em 12 meses**, a NFSP totalizou R$ 108,3 bilhões (ou 1,6% do PIB).



Fonte: BCB

Fonte: BCB

Dentre as esferas que compõem o Setor Público Consolidado, no resultado de janeiro o **Governo Central** demonstrou superávit de cerca de R$ 35,6 bilhões e as empresas estatais tiveram déficit de R$ 378 milhões. Os **governos regionais** tiveram saldo positivo de R$ 10,8 bilhões, ante resultado deficitário em R$ 9,4 bilhões no mês imediatamente anterior e positivo de R$ 10,5 bilhões no mesmo mês do ano passado.

Em **12 meses**, o Governo Central acumulou déficit de R$ 117,1 bilhões (1,7% do PIB), os governos regionais obtiveram superávit de R$ 3,7 bilhões (0,08% do PIB) e as empresas estatais totalizaram saldo positivo de R$ 3,5 bilhões (0,05% do PIB).

Os **juros nominais** apropriados por competência totalizaram R$ 20,8 bilhões em janeiro, ante R$ 26,9 bilhões e R$ 28,3 bilhões, em dezembro e janeiro de 2018, respectivamente. No **acumulado em 12 meses**, os juros nominais têm saldo de R$ 371,7 bilhões (ou 5,38% do PIB).

O **resultado nominal** do Setor Público, que compreende tanto o resultado primário quanto os juros nominais apropriados, obteve superávit de R$ 26,0 bilhões em janeiro. **Em 12 meses**, o resultado nominal foi negativo em R$ 480,0 bilhões (ou 6,95% do PIB).

A **Dívida Líquida do Setor Público – DLSP**, totalizou R$ 3.733,5 bilhões, equivalente a 54,0% do PIB, aumento de 0,3 p.p. em relação ao mês de dezembro. Na comparação com janeiro do ano anterior, houve crescimento de 2,3 p.p. na relação DLSP/PIB. Em nota divulgada pelo BCB, essa elevação é em virtude do "efeito da valorização cambial de 5,75% no mês (responsável por expansão de 1,0 p.p. do PIB), da incorporação de juros nominais (aumento de 0,3 p.p.), do superávit primário (redução de 0,7 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (redução de 0,3 p.p.)".

Já a **Dívida Bruta do Governo Geral - DBGG**, que compreende o Governo Central, o INSS, e os governos estatuais e municipais, alcançou R$ 5.302,7 bilhões em janeiro, alcançando 76,7% do PIB, mesmo patamar do mês anterior subindo 2,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano passado.

RPGC apresenta superávit no mês de janeiro

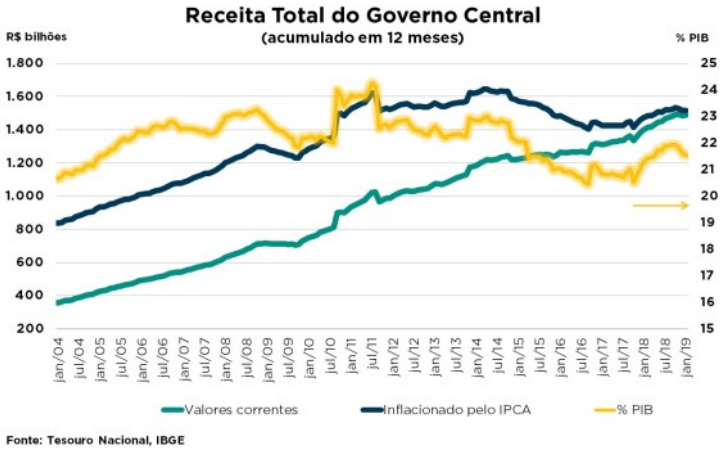
Os dados publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) permitem uma análise mais detalhada acerca dos fatores que contribuíram para o resultado primário superavitário do Governo Central em janeiro.

Fonte: Banco Central do Brasil - BCB

(...continuação Política Fiscal)

As informações da STN, publicadas mensalmente no Resultado Primário do Governo Central (RPGC), apresentam ligeiras diferenças metodológicas em relação àquelas disponibilizadas na Nota de Política Fiscal do BCB. A STN, utiliza metodologia conhecida como "Acima da Linha", com abertura dos dados das receitas e despesas primárias, o que permite averiguar as causas dos desequilíbrios fiscais. Já o BCB, utiliza a metodologia "Abaixo da Linha", que incorpora dados referentes ao estoque da dívida líquida (inclusive fontes de financiamento domésticas e externas), permitindo, portanto, avaliar como o governo financiou seu déficit. A despeito dessas diferenças, as duas metodologias são comparáveis e podem ser utilizadas de forma complementar para análise do quadro fiscal.

Segundo os dados divulgados pela STN, o **Resultado Primário do Governo Central (RPGC)**, registrou resultado superavitário de R$ 30,3 bilhões no mês de janeiro, contra também resultado positivo de R$ 30,8 bilhões observado em homólogo mês do ano passado. No **acumulado em 12 meses**, o déficit registrou elevação, puxado pela elevação de 1,6% na despesa total, contra o aumento de apenas 1,0% na receita líquida.



Fonte: Tesouro Nacional, IBGE

No plano das **receitas líquidas**, o crescimento na margem (17,1%) foi influenciado principalmente por fatores sazonais de ambos os meses – em janeiro ocorre a arrecadação dos impostos administrados IRPJ e CSLL. Em comparação interanual (-3,0%), o resultado reflete as variações em receita de R$ 8,2 bilhões com os programas de regularização tributária (PERT/PRT) em janeiro de 2018 enquanto, para os mesmos programas, em janeiro de 2019 a arrecadação foi de R$ 480,0 milhões, além da redução na execução das outras despesas obrigatórias e despesas do executivo sujeitas à programação financeira.

Quanto às **despesas totais**, houve queda em janeiro, de 28,0% em comparação ao mês imediatamente anterior, assinalando saldo de R$ 106,8 bilhões. Essa variação é explicada principalmente pela diminuição de R$ 23,5 bilhões (-64,3%) em *Despesas discricionárias*, pela queda de R$ 16,3 bilhões em *Benefícios Previdenciários* (-26,1%). **Em 12 meses**, as despesas totais recuaram 0,2%, em relação ao acumulado registrado no mês imediatamente anterior.

Com o resultado observado no mês de janeiro, o déficit primário do Governo Central aumentou no acumulado em 12 meses e atingiu R$ 123,2 bilhões, ou 1,7% do PIB.

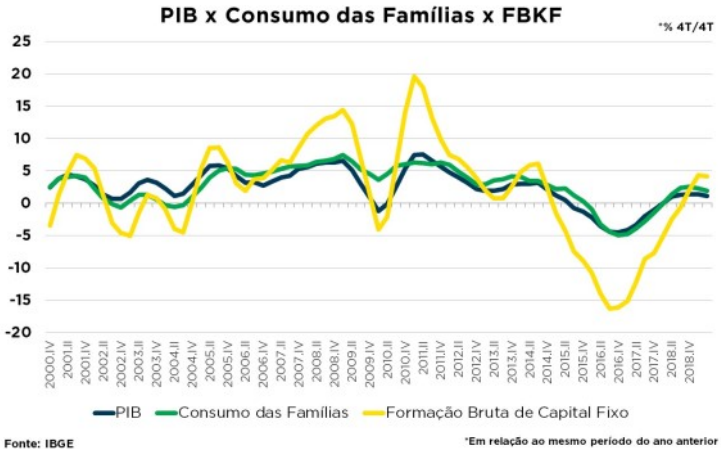
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

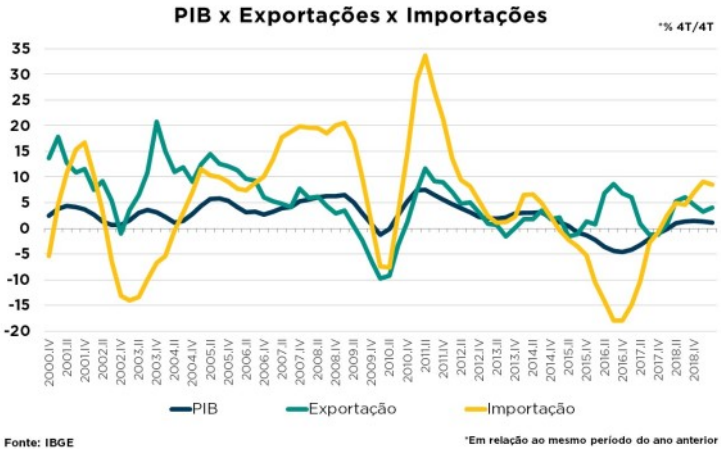
PIB acumula R$ 6,8 trilhões e cresce 1,1% em 2018

O **Produto Interno Bruto – PIB** brasileiro assinalou crescimento de 1,1% no ano de 2018, acumulando R$ 6,827 trilhões. Essa taxa é a mesma observada no ano de 2017. No que se refere ao quarto trimestre, em relação ao trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, a alta foi de apenas 0,1%, somando um total de R$ 1,779 trilhões. O resultado, abaixo das expectativas, indica uma retomada lenta e gradual da economia.

Na análise *trimestre contra igual trimestre do ano anterior* houve variação de 1,1%, sendo assim a oitava alta seguida para essa base de comparação, após onze quedas consecutivas. No *acumulado em quatro trimestres* a alta (1,1%) corresponde a quinta seguida.

Desagregando pela **ótica da oferta**, ou seja, pela perspectiva do valor adicionado em cada setor de atividade econômica, destaca-se que a variação na série *taxa acumulada ao longo do ano*, refletiu, principalmente, o desempenho do PIB de **Serviços** que cresceu 1,3% no ano, da **Indústria** que obteve crescimento de 0,6% e da **Agropecuária** que evoluiu apenas 0,1% (contra 12,5% do ano de 2017).





Nos ***Serviços***, a variação de 1,3% no ano resultou, principalmente, do crescimento observado em *Atividades Imobiliárias* (3,1%), *Comércio* (2,3%), *Transporte, armazenagem e correio* (2,2%) e de *Outros Serviços* (1,0%). Os demais segmentos também tiveram variação positiva, ficaram entre 0,2% (*APU, educação pública e saúde pública*) e 0,4% (*Interm. finaceira e seguros*). Pelo lado da ***Indústria***, após quatro anos de queda no PIB, foi assinalado resultado positivo (0,6%), cuja as principais contribuições para a alta partiram dos segmentos de *Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana* (2,3%), *Transformação* (1,3%), e *Indústrias Extrativas* (1,0%), que compensaram a queda de 2,5% no segmento de *Indústrias de Construção.*

Pelo lado da **demanda**, na comparação com o *trimestre imediatamente anterior*, a variação positiva respondeu sobretudo a ***Consumo das Famílias***, que registrou aumento de 0,4%. ***Consumo da APU***, que corresponde aos gastos do governo, registrou queda de 0,3%. Já o ***Setor Externo***, que teve taxas positivas no terceiro trimestre, viu apenas as *Exportações* variando positivamente 3,6% e as *Importações* caírem 6,6%.

Ainda com relação ao lado da demanda, mas agora observando a *taxa acumulada nos quatro trimestres*, houve crescimento ***Consumo das Famílias*** em 1,9% e variação nula para o ***Consumo da APU***. O ***Setor Externo***, por sua vez, teve taxas de crescimento, com as *Exportações* variando 4,1% e as *Importações* 4,5%.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

(...continuação PIB)

No que se refere à ***Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF)***, houve variação negativa de 2,5%, na série *trimestre contra trimestre imediatamente anterior*. Como resultado, a taxa de investimento da economia (FBKF/PIB), encontra-se em 15,8%, abaixo à do trimestre passado quando registrou 15,9%. De todo modo, a taxa de investimento neste quarto trimestre de 2018 está abaixo da média histórica da série iniciada em 1995 (18,4%), e do auge atingido em meados de 2013 (21,5%). Já em relação à *taxa acumulada nos últimos quatro trimestres*, foi assinalado expansão de 4,1%. Com esse resultado, a FBKF registra sua terceira taxa positiva consecutiva, nesta base comparação, após 15 taxas negativas.

O resultado das contas nacionais para o quarto trimestre de 2018 registra, portanto, a oitava variação positiva consecutiva, ainda que o patamar das taxas de crescimento observadas continue modesto. Pelo lado da oferta, a *Agropecuária* é, ainda, o setor que mais contribuiu para a recuperação dos indicadores, porém agora ao lado da *Indústria* e *Serviços* verificando taxas modestas.

Pelo lado da demanda, *Consumo da APU* apresentou queda após crescer 0,3% no terceiro trimestre do ano de 2018, ao passo que *Consumo das Famílias* começa a dar sinais mais claros de recuperação. A taxa negativa de 2,5% na comparação trimestral para a *FBKF* não foi capaz de impedir crescimento de 4,1% no ano, após quatro anos de quedas. Finalmente, no *Setor Externo*, tanto as *Exportações* quanto as *Importações* seguem crescendo, mas o ritmo mais acelerado das últimas pode afetar negativamente o resultado líquido desta classe de despesas.

Assim, apesar do crescimento de 1,1% do PIB para o ano de 2018, o resultado ficou abaixo do esperado, porém indica retomada da economia brasileira, apontada principalmente pelo desempenho positivo do setor industrial e de serviços no ano, entretanto em ritmo mais lento e gradual que o desejado.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Calendário Mensal - Brasil
Março e Abril de 2019

Data		Indicador	Fonte
12/03	ter	IPCA	IBGE
13/03	qua	PIM	IBGE
14/03	qui	PIM Regional	IBGE
		PMC	IBGE
15/03	sex	PMS	IBGE
19/03	ter	Reunião Copom	BCB
20/03	qua	Reunião Copom	BCB
25/03	seg	Setor Externo	BCB
26/03	ter	Ata Copom	BCB
27/03	qua	Monetária	BCB
		RMDP	STN
28/03	qui	RPGC	STN
29/03	sex	PNAD Contínua Mensal	IBGE
		Fiscal	BCB
02/04	ter	PIM	IBGE

Gerência de Estudos Econômicos (Gesec)
Fernanda Feil
Matheus Inácio

Esse boletim é produzido pela Gerência de Estudos Econômicos da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

As edições passadas estão disponíveis para consulta em www.abde.org.br.